

ENCAMINHAR RECURSOS PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

Ferramentas para uma Orçamentação
Sensível às Questões de Género



Índice

1 Quem somos	3
2 Grupo de Trabalho de Peritas em orçamentos sensíveis às questões de género	4
3 Sobre este kit de ferramentas	6
4 Introdução aos orçamentos sensíveis às questões de género	7
5 Orçamentos sensíveis às questões de género : guia passo-a-passo	9
6 Promovendo a Mudança: A Experiência das Organizações da Sociedade Civil	21
7 Ferramentas de sensibilização	28
Perguntas Frequentes	29
Mensagens-chave para campanhas	31
Carta-Modelo de Sensibilização	33
Reivindicações da sociedade civil	34



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES

1 | Quem somos

O Lobby Europeu das Mulheres (LEM) congrega as organizações de mulheres na Europa com vista a promover os direitos humanos das mulheres e a igualdade entre mulheres e homens.

Somos a maior plataforma europeia de associações de mulheres, composta por mais de 2000 organizações presentes em 26 Estados-Membros da União Europeia (UE), em três Países Candidatos, num ex-Estado-Membro da UE, e num Estado-Membro da Associação Europeia do Comércio Livre, e incluímos ainda 17 organizações de âmbito europeu, representando a diversidade das mulheres e raparigas na Europa.

O LEM tem como visão uma sociedade que reconheça, recompense e celebre o contributo das mulheres em todas as esferas da vida - na liderança, no cuidado, e na produção; uma sociedade onde as mulheres tenham autoconfiança, liberdade de escolha, e estejam livres da violência e da exploração; uma sociedade onde nenhuma mulher ou rapariga seja deixada para trás.

Contamos com o conhecimento das nossas organizações-membros para orientar a implementação dos nossos objetivos estratégicos, incluindo a angariação de financiamentos mais sustentáveis para as organizações de mulheres e promover a transformação feminista de uma economia sustentável.

A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) é a coordenação nacional do LEM. É a maior organização da sociedade civil organizada portuguesa na área dos Direitos Humanos das mulheres e das raparigas. Conta atualmente com 29 organizações-membros, com uma grande diversidade de vocações e proveniências, todas empenhadas numa intervenção cívica concertada com vista à salvaguarda e exercício efetivo dos direitos humanos das mulheres e à realização concreta da igualdade entre mulheres e homens.

Entidade declarada de utilidade pública pelo Despacho nº 6166/2020, de 2.6.2020, publicado no D.R. nº 112, II Série, de 9.6.2020.

2 | Grupo de Trabalho de Peritas em Orçamentos sensíveis às questões de género



Clara Berglund é a secretária-geral do Lobby Sueco das Mulheres, a plataforma das organizações de mulheres na Suécia. É também diretora executiva do Fórum *Jämställdhet AB*, uma empresa subsidiária do Lobby Sueco das Mulheres.

Participa há oito anos na avaliação do Orçamento do Estado que o Lobby Sueco das Mulheres realiza anualmente. É frequentemente requisitada por organismos municipais e regionais como oradora perita em Orçamentos sensíveis às questões de género. Faz parte do conselho de administração da Agência Sueca para a Igualdade de Género e do grupo de especialistas que integra a Comissão do governo Sueco para a Igualdade de Rendimentos ao longo do Ciclo de Vida.



Emma Ritch é Diretora Executiva da *Engender*, uma organização feminista que desenvolve políticas e iniciativas de promoção da igualdade social, económica e política das mulheres na Escócia. Interessa-se particularmente pelas áreas de mulheres e economia, violência masculina contra as mulheres, *mainstreaming* de género, e direitos humanos das mulheres.

É membro do Conselho Consultivo da Primeira Ministra para as Mulheres e Raparigas, presidente do conselho de administração da *Rape Crisis Scotland* e do *Human Rights Consortium Scotland* e membro do conselho de administração da *Close the Gap*. Integra ainda os conselhos consultivos do *Scottish Women's Rights Centre* e da campanha *Women 50:50*.



Marion Böker é membro do Conselho alargado da Aliança Internacional de Mulheres (*International Alliance of Women - IAW*) e representa os membros europeus da IAW no Lobby Europeu das Mulheres como delegada suplente. É especialista em Orçamentos sensíveis às questões de género desde 1993, tendo organizado a primeira conferência e publicado o primeiro livro sobre este tema na Alemanha, em 1994 e 1995, respetivamente.

Desde 2002 que tem assento no Grupo de Coordenação dos Orçamentos sensíveis às questões de género da região de Berlim e tem fornecido diversos contributos especializados neste processo, depois de o ter desencadeado politicamente, com um grupo de especialistas, em 2002.



Ana Sofia Fernandes é Presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (organização que coordena as atividades do LEM em Portugal), membro do Grupo de Referência Global da Sociedade Civil da Iniciativa Spotlight da ONU e da UE, e Conselheira do Conselho Económico e Social (CES) de Portugal.

Desde 2018 que coordena uma equipa da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres que tem prestado assistência técnica ao Estado português na implementação de um projeto-piloto de orçamentação sensível às questões de género no quadro do Orçamento do Estado.



Elisabeth Klatzer é uma economista feminista (doutorada pela Universidade de Economia e Negócios de Viena, Áustria; Mestre em Administração Pública pela Universidade de Harvard). Tem mais de 20 anos de experiência em investigação, sensibilização e consultoria nas áreas de orçamentos sensíveis às questões de género, economia feminista e política económica.

É consultora e investigadora independente e foi co-fundadora da Rede Europeia para Orçamentos sensíveis às questões de género e do grupo da sociedade civil austríaca *Femme Fiscale*, um grupo de investigação e sensibilização nas áreas dos orçamentos, economia feminista e política económica. É autora de uma vasta bibliografia sobre orçamentos sensíveis às questões de género e sobre economia feminista e políticas económicas. É co-editora (juntamente com a Prof. Angela O'Hagan) do livro "*Gender Budgeting in Europe - Developments and Progress*" (Palgrave MacMillan, 2018).



Janet Veitch OBE, é presidente do *Women's Budget Group* do Reino Unido. Trabalhou como Coordenadora de *Mainstreaming* de Género nos Ministérios para as Mulheres do Reino Unido, com um âmbito de atuação que abrangia todos os ministérios do Governo, e foi Diretora da Comissão Nacional de Mulheres do Reino Unido, aconselhando os ministérios sobre políticas de igualdade de género. Trabalhou como perita independente em orçamentos sensíveis às questões de género na Armênia, Tadjiquistão, no mundo árabe, Vietname, Zâmbia, Quênia, Coreia, China, Filipinas, Tailândia e Ucrânia. Entre os seus clientes incluem-se a ONU Mulheres, a Comissão Económica e Social da ONU para a Ásia Ocidental, a Oxfam, o *British Council*, a Fundação Westminster para a Democracia, a *Rape Crisis England & Wales* e a *British Equality and Human Rights*.



Dina Loghin fundou a Fundação SEF (1995) e o Lobby das Mulheres da Roménia (2007), do qual foi presidente até 2015. Representa atualmente o Lobby Das Mulheres da Roménia no Grupo de Trabalho sobre Mulheres na Política e integra o Grupo de Trabalho em Orçamentos sensíveis às questões de género do Lobby Europeu das Mulheres.

Até 1994, trabalhou como engenheira e como professora associada da Universidade Técnica de Iasi e possui um Mestrado em Estudos de Género (2001) pela Faculdade de Estudos Políticos da SNSPA de Bucareste. É (co)autora de manuais de formação e de cursos formativos sobre desenvolvimento e avaliação de políticas públicas, *mainstreaming* de género, avaliação de programas sociais, gestão de organizações da sociedade civil, etc..

3 | Sobre este kit de ferramentas

Em 2018, o LEM, em parceria com a *Fondation Chanel*, lançou o projeto **Encaminhar Recursos para os Direitos das Mulheres**, uma iniciativa que visa mobilizar recursos duradouros para a área dos direitos das mulheres na Europa.

Com este projeto, o LEM teve como objetivo potencializar o interesse renovado e o alargado leque de iniciativas em torno dos orçamentos sensíveis às questões de género. Tal foi conseguido envolvendo a comunidade filantrópica, como fundações e empresas, e outras instituições em iniciativas de sensibilização para a importância dos orçamentos sensíveis às questões de género e de redistribuição dos financiamentos, através destes mecanismos de orçamentação, para as organizações de mulheres da Europa.

Este kit de ferramentas é o resultado deste projeto e do trabalho que o LEM e as suas organizações-membros, entre as quais a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), têm desenvolvido para desmistificar os orçamentos sensíveis às questões de género e para capacitar todas as partes interessadas, de toda a Europa, numa melhor implementação dos mecanismos de orçamentação sensível ao género, um aspecto essencial para assegurar recursos sustentáveis para o movimento de mulheres.

Os recursos que se seguem são simultaneamente práticos e informativos, e visam apoiar as organizações de mulheres da sociedade civil nas suas iniciativas de promoção de orçamentos sensíveis às questões de género aos níveis local, nacional e europeu.

O que vou encontrar neste Kit de Ferramentas?

Compreender os orçamentos sensíveis às questões de género

Os orçamentos do Estado e os mecanismos financeiros são muitas vezes apresentados como um conjunto complexo de regras e procedimentos, apenas acessíveis a quem tenha o necessário conhecimento técnico. Neste documento, um conjunto de especialistas desmonta este obstáculo e apresenta em detalhe os princípios e processos-chave dos orçamentos sensíveis às questões de género, ajudando a compreender porque é que estes orçamentos são tão importantes para promover a igualdade entre mulheres e homens, como devem ser implementados, e como e quando devem as organizações de mulheres da sociedade civil envolver-se nestes processos para fomentar a revolução feminista das nossas economias.

A experiência das organizações de mulheres da sociedade civil

A partilha de boas práticas e lições aprendidas por parte de organizações especializadas é essencial para que outras organizações promovam de forma contínua a adoção de orçamentos sensíveis às questões de género. Neste Kit de Ferramentas, organizações de mulheres da Europa partilham as suas experiências de sensibilização e fornecem indicações especializadas.

Ferramentas de sensibilização

Neste Kit, encontra recursos para apoiar as organizações de mulheres da sociedade civil em iniciativas de adoção dos orçamentos sensíveis às questões de género. São ferramentas práticas que podem ser usadas diretamente no contacto com decisoras/es e instituições financeiras, bem como na dinamização de campanhas e na construção de conhecimento.

4 | Introdução aos orçamentos sensíveis às questões de género

O orçamento, seja ao nível Europeu, ao nível dos países, ou ao nível regional ou local, é o documento mais importante de qualquer organização. É aí que as promessas políticas são realizadas ou negligenciadas, que se dá prioridade a alguns temas e se esquecem outros, e que os recursos comuns são distribuídos.

Os orçamentos públicos organizam a distribuição do dinheiro das e dos contribuintes e a forma como este é coletado. **Deveria ser um dado adquirido que todas as pessoas devem beneficiar igualmente dos serviços e orçamentos públicos.** Atualmente, vemos que não é o caso. Os interesses de alguns grupos - geralmente dominados por homens - são objeto de muito mais atenção e apoio.

Os enviesamentos e os papéis desiguais de género de mulheres e de homens estão tão enraizados nas nossas sociedades que “fazer as coisas da forma habitual” significa perpetuar as desigualdades, especialmente a distribuição desigual do trabalho (remunerado e não remunerado), dos rendimentos, da riqueza, da influência, e muito mais.

A análise dos orçamentos com uma perspetiva de género é uma forma de mudar este estado de coisas.

O Conselho da Europa define os orçamentos sensíveis às questões de género como resultando de “uma avaliação dos orçamentos em função do género, integrando uma perspetiva de género em todos os níveis do processo orçamental e reestruturando receitas e despesas de forma a promover a igualdade entre mulheres e homens”.

Simplificando, os orçamentos sensíveis às questões de género requerem uma análise ou preparação dos orçamentos a partir de um perspetiva da igualdade de género. Quando analisamos os orçamentos deste ponto de vista, podemos garantir que as necessidades económicas e sociais de todas e de todos são asseguradas pelos orçamentos governamentais e que a despesa pública beneficia toda a população.

Esta abordagem pode ser aplicada a todos os níveis das finanças públicas, em instituições multilaterais, organizações, fundações ou mesmo bancos. Deve ser aplicada às despesas, a receitas e impostos, e é desenhada para garantir a atribuição de recursos adequados às diferentes necessidades de mulheres e de homens.

Enquanto ferramenta, a análise dos orçamentos numa perspetiva de género ilumina as desigualdades e pode revelar enviesamentos involuntários nos processos orçamentais que, de outra forma, tendem a ser considerados como neutros em termos de género, ou seja, ao nível dos seus impactos nas mulheres e nos homens. Além disso, ajuda a identificar e remover impactos contraditórios nos orçamentos, bem como os obstáculos que continuam a afetar negativamente as mulheres e as raparigas.

Por exemplo, as mulheres e as raparigas continuam a enfrentar várias formas de discriminação: violência, falta de acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, e exclusão ou falta de representação na esfera política e nos processos de tomada de decisão. Tudo isto contribui para uma segregação por sexo no mercado de trabalho, ficando as mulheres sobrerrepresentadas nos trabalhos informais, precários, pouco qualificados e mal remunerados, e subrepresentadas enquanto detentoras de negócios, ficando, quanto muito, concentradas no setor das microempresas.

Isto significa também que as mulheres têm maior probabilidade de necessitar de aceder à saúde pública e a infraestruturas de cuidado para lhes retirar parte do fardo decorrente das atividades cuidadoras, que devido aos papéis sociais de género, ainda recaem maioritariamente sobre elas. Elas são, portanto, mais penalizadas quando o Estado e as instituições globais adotam medidas de austeridade, reduzem impostos, aplicam cortes nos serviços públicos, ou criam condições que permitem às empresas multinacionais fugir aos impostos.

Além de identificar oportunidades e erros, os orçamentos sensíveis às questões de género trazem as questões das mulheres diretamente para o centro do governo: o ministério das finanças. Os governos rejeitam frequentemente políticas sensatas mas que carecem de quem as defenda quando o dinheiro é distribuído. Mas se as decisões sobre o que faz sentido para as mulheres (e para o bem comum) estiverem a ser tomadas dentro do próprio ministério das finanças, então a batalha está meio ganha.

The Economist, fevereiro de 2017

As políticas de austeridade beneficiam os detentores de ativos e de riqueza, mas não as pessoas em situação de pobreza. O benefício dos orçamentos sensíveis às questões de género é o facto de incluírem ferramentas para analisar os seus impactos, ajudando-nos a pensar sobre o impacto não intencional das políticas fiscais e de despesa no contexto das diferentes condições económicas de mulheres e de homens, permitindo assim desenhar políticas económicas que reduzam, em vez de aumentarem, as desigualdades.

É óbvio que políticas económicas e orçamentais baseadas em evidências são melhores do que simplesmente atender a interesses particulares. Portanto, orçamentar com uma perspetiva de género é uma boa prática orçamental, pois permite uma visão dos impactos orçamentais baseada em evidências e facilita a criação de um futuro económico e social para a Europa e os seus Estados-Membros que beneficie todas e todos.

Os orçamentos sensíveis às questões de género são, em suma, uma forma melhor e mais eficaz de orçamentar, em benefício de toda a população.

Ao integrar a perspetiva de género em todos os orçamentos nacionais, regionais e locais, os governos podem garantir igual atenção às necessidades de mulheres e de homens, dando passos concretos de promoção da igualdade de género, em vez de se limitarem a perpetuar, de forma consciente ou não, as atuais desigualdades. Tal irá tornar a igualdade de género num dos principais objetivos dos orçamentos e recursos na União Europeia e dos seus Estados-Membros.

Portanto, quem tenha um compromisso sério com os direitos humanos das mulheres, e queira aplicar orçamentos de forma eficiente, deve dotar-se de uma perspetiva de género e implementar orçamentos sensíveis às questões de género como prática habitual.

É tempo de implementar esta abordagem abrangente dentro do próprio mecanismo de recursos da União Europeia, e de promover uma modernização que contribua para um futuro melhor, para um impacto real do fundo de recuperação de resposta à crise, e para a igualdade e bem-estar de mulheres e de homens no quadro dos seus direitos adquiridos, na nossa região e mais além!

5 | Orçamentos sensíveis às questões de género: guia passo-a-passo

Introdução

Os Orçamentos sensíveis às questões de género têm por objetivo assegurar que os recursos públicos sejam coletados e aplicados da forma que mais eficientemente contribua para a realização da igualdade de género e dos direitos das mulheres. Assim, uma boa base de evidências é crucial para orientar a tomada de decisões na formulação de políticas e na elaboração do orçamento.

A criação desta base de evidências designa-se como análise dos orçamentos com uma perspetiva de género.

Por vezes, usa-se outra terminologia para designar este processo, como por exemplo “análise do impacto de género” dos orçamentos. No essencial, estas diferentes terminologias apontam para o mesmo processo: fazer uma boa análise de modo a permitir uma tomada de decisão baseada em evidências. A análise do orçamento com perspetiva de género é, portanto, um elemento fundamental para uma implementação bem sucedida dos orçamentos sensíveis às questões de género. Ela permite obter evidências sobre as questões de género, ou seja, sobre as desigualdades e lacunas existentes e sobre os impactos dos orçamentos e das políticas.

As evidências geradas pela análise dos orçamentos com uma perspetiva de género devem sustentar a tomada de decisões pertinentes, em matéria de políticas e orçamento, com vista à realização da igualdade entre mulheres e homens e dos direitos das mulheres. **Este é um aspeto fundamental do processo de orçamentação, realizado de forma interativa ao longo de todo o ciclo.** As etapas que aqui apresentamos levam em consideração esta estreita ligação entre análise, tomada de decisão, implementação, e avaliação dos resultados, a qual alimenta o ciclo de orçamentação seguinte.

Tornar obrigatória a análise dos orçamentos com uma perspetiva de género e garantir a sua aplicação efetiva são elementos essenciais para integrar os orçamentos sensíveis às questões de género nos processos de plano e orçamento. Mesmo quando os orçamentos sensíveis às questões de género são decretados por lei ou por decisões governamentais, **não é garantido que**

sejam bem implementados, nem que sejam feitos regularmente.

É igualmente importante ter em mente que existem padrões internacionais para os orçamentos sensíveis às questões de género em geral e para a análise do orçamento numa perspetiva de género em particular. Estes incluem os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS)**, e um indicador específico sobre orçamentos sensíveis às questões de género. Existem ainda padrões internacionais sobre orçamentação, como os que se encontram na metodologia de avaliação de sistemas orçamentais *Public Expenditure and Financial Accountability* (PEFA - Despesa Pública e Responsabilidade Financeira), que incluem um enquadramento para avaliar a “gestão de finanças públicas com perspetiva de género”.

Quer os ODS, quer a metodologia PEFA podem ser referenciados em iniciativas de sensibilização dos orçamentos sensíveis às questões de género. **Ambos são objeto de muita atenção por parte dos governos, constituindo, por isso, uma referência útil para a sociedade civil**, para além dos requisitos legislativos nacionais.

Em geral, um orçamento sensível às questões de género não envolve apenas uma boa análise, mas também **uma mudança no próprio processo de plano e orçamento**, para garantir a plena integração dos compromissos de igualdade de género e dos direitos das mulheres no processo. Daqui decorre um importante papel das organizações da sociedade civil no acompanhamento da ação dos governos, responsabilizando-os por uma implementação efetiva, e baseada numa análise clara, dos orçamentos, enquanto aspeto-chave para uma concretização expedita dos compromissos em matéria de igualdade de género e direitos das mulheres.

Este processo deve também incluir a participação e representação dos interesses e prioridades das mulheres e dos homens na sua pluralidade. Portanto, a **defesa de processos participativos igualitários em termos de género** ao nível da tomada de decisões sobre orçamentos e políticas é, também, uma tarefa importante para os grupos da sociedade civil que trabalham no âmbito dos orçamentos sensíveis às questões de género.

Como funciona o processo e como pode a sociedade civil envolver-se?



A análise dos orçamentos numa perspetiva de género pode ser integrada no processo de orçamentação de várias maneiras. Contudo, **é fundamental começar por assegurar que sejam dadas orientações e instruções claras à administração pública encarregada desta tarefa** (podem ser ministérios, organismos da administração pública central, local, etc.) sobre o que devem fazer.

Habitualmente, é o Ministério das Finanças - ou o órgão responsável pelo Orçamento - que deve emitir orientações para a preparação do processo orçamental, aplicáveis a todos os ministérios e organismos que participem na preparação do orçamento público. Estas diretrizes são geralmente veiculadas numa “Circular do Orçamento do Estado”. Apesar de serem um documento interno, estas diretrizes são frequentemente publicadas na página de Internet do ministério. É essencial compreender que tornar obrigatória a análise dos orçamentos numa perspetiva de género é um aspeto vital, pois vai facilitar a aplicação da perspetiva de género em todo o processo de orçamentação.

Não menos importante do que ter uma boa análise dos orçamentos numa perspetiva de género é torná-la visível no orçamento. **O aspeto essencial para tal é verificar se o governo indicou claramente, no contexto do orçamento, de que forma ele contribui para realizar a igualdade entre mulheres e homens e os direitos das mulheres.**

Esta indicação pode e deve incluir os principais resultados da análise do orçamento numa perspetiva de género, nomeadamente destacando as principais lacunas e desigualdades de género identificadas e indicando que propostas de atuação foram previstas no orçamento e nas políticas governamentais com o objetivo de reduzir tais desigualdades e de promover os direitos das mulheres.

Estas informações relativas aos documentos orçamentais - apresentadas ao Parlamento ou aos órgãos de poder local - podem assumir diferentes formas: podem ser integradas no documento orçamental principal ou ser objeto de um documento separado, mas importa saber que estas informações são frequentemente designadas como “Declaração sobre Orçamentos com perspetiva de género”. No caso de Portugal, no contexto da proposta do Orçamento do Estado para 2021, foi pela primeira vez produzido um texto específico sobre “Orçamento com perspetiva de género” no Capítulo 4 dos *Elementos Informativos e Complementares*.

Alerta de Ação

Que ações concretas de sensibilização podem ser feitas nesta fase?

1. Verificar se as diretrizes orçamentais incluem instruções sobre orçamentos sensíveis às questões de género e sobre como integrar, de forma geral, as questões da igualdade entre mulheres e homens no orçamento
2. Identificar os atores responsáveis por emitir as diretrizes orçamentais (por exemplo, o responsável pelo organismo ou departamento que produz o orçamento)
3. Agendar uma reunião para saber mais sobre o processo e / ou para defender a inclusão de orientações claras sobre orçamentos sensíveis às questões de género e, em particular, sobre análise do orçamento com uma perspetiva de género
4. Acompanhar o processo: verificar se o processo melhorou na sequência destas iniciativas e acompanhar o seu desenrolar

Conselhos das Peritas

Ao promover a existência de informação pública e relevante sobre orçamentos sensíveis às questões de género no contexto do orçamento, é importante:

1. Verificar que informação sobre orçamentos sensíveis às questões de género e análise dos orçamentos numa perspetiva de género está incluída nos documentos orçamentais
2. Analisar os pontos positivos e os aspetos em falta na análise dos orçamentos numa perspetiva de género e sistematizar os pontos-chave que devem ser levados a discussão com as partes interessadas
3. Escolher o momento mais indicado para reunir ou para implementar outras atividades (por exemplo: quando a atenção mediática está centrada no orçamento, o que tende a acontecer quando aquele é apresentado ao Parlamento ou durante a sua discussão neste órgão)
4. Decidir como enquadrar as questões na comunicação com o público e preparar as mensagens-chave. Tornar clara a ligação entre a implementação de orçamentos sensíveis às questões de género e a análise dos orçamentos numa perspetiva de género e as vossas principais reivindicações quanto à necessidade de dar prioridade orçamental à promoção da igualdade de género e aos direitos das mulheres.



As etapas de uma análise do orçamento numa perspectiva de género bem sucedida incluem:

Etapa 1: Identificar desigualdades, problemas e lacunas nesta matéria

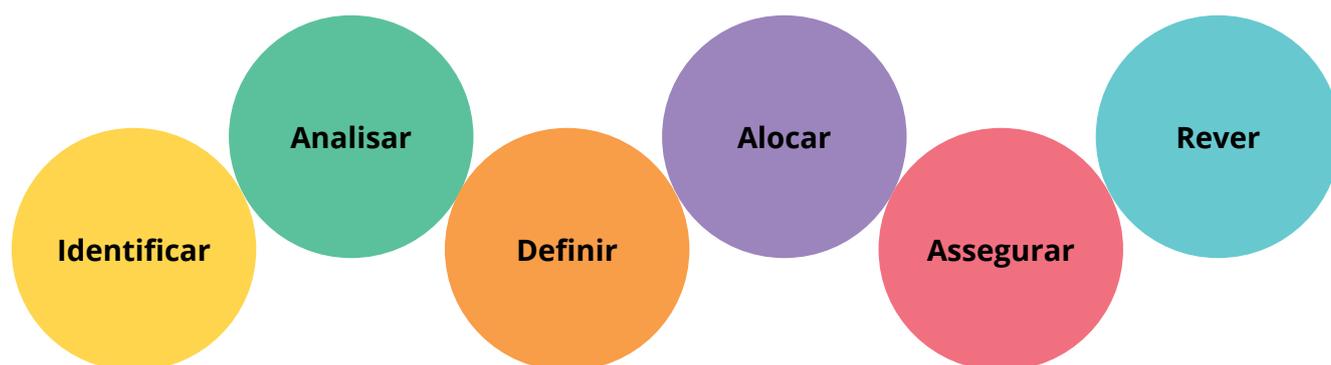
Etapa 2: Analisar, numa perspectiva de género, as políticas, programas, projetos de reforma, atividades e orçamentos do governo

Etapa 3: “Escolher a ação certa”: definir atividades para cumprir as metas de igualdade de género

Etapa 4: Alocar recursos adequados para as atividades / reformas que visam cumprir as metas de igualdade de género e garantir financiamento suficiente para a sua implementação

Etapa 5: Assegurar uma implementação com perspectiva de género das políticas e orientações orçamentais

Etapa 6: Revisão e melhoria contínua: Acompanhamento e avaliação.



Cada uma destas etapas requer várias ações por parte das instituições relevantes. Enquanto processo integrado, é importante que a sociedade civil organizada conheça em profundidade estes passos e procedimentos em maior detalhe, com vista a uma melhor conceção dos seus planos de ação e a uma melhor compreensão das partes do processo que mais podem beneficiar com o seu conhecimento e participação.

Em seguida, descrevemos estas etapas em profundidade e damos alguns conselhos de atuação para as vossas organizações.

Etapa 1: identificar desigualdades, problemas e lacunas

O primeiro ponto de uma análise de orçamentos com perspectiva de género é realizar uma **avaliação obrigatória e interseccional da situação corrente em matéria de (des)igualdade entre mulheres e homens**, com o fim de identificar quais as desigualdades que subsistem e que devem ser objeto de intervenção. Embora seja importante realizar esta análise de forma regular e em diversas áreas, para compreender a situação a nível nacional ou local em termos de igualdade de género, esta etapa, no contexto da análise dos orçamentos numa perspectiva de género, refere-se à identificação muito específica de desigualdades entre mulheres e homens em áreas que vão ser objeto de disposições orçamentais, programas, ou políticas. Por exemplo: se estivermos a falar de políticas / programas para o mercado de trabalho, qual a situação das mulheres em termos de trabalho remunerado e não remunerado? Se estivermos a falar de programas de programas / políticas para os transportes públicos, quais as questões de género relevantes em matéria de mobilidade e utilização de diferentes meios de transporte?

As instituições relevantes devem reunir todos os dados possíveis sobre a situação atual e analisá-las a partir de uma perspectiva de género. Estes informações devem ser desagregadas por sexo para garantir um retrato tão fiel quanto possível do contexto vigente. Sem este exercício, não é possível produzir um orçamento sensível às questões de género .

Para as instituições envolvidas, algumas das perguntas que devem ser feitas durante esta fase incluem:

- Qual é a situação atual das mulheres e dos homens nesta área?
- Quantas mulheres e quantos homens são diretamente afetados neste setor ou seriam afetados pelas políticas ou programas (ou seja, por uma reforma) nesta área?

O processo de recolha de dados deve ser consistentemente guiado pelos objetivos ou ambições em matéria de igualdade de género do setor / área em questão - **quais são esses objetivos e como podem ser alcançados?**

A comparação com os dados recolhidos e a análise da situação actual devem conduzir a uma reflexão sobre se esta situação está ou não alinhada com os objectivos de igualdade de género. Se não estiver, que discrepâncias impedem este alinhamento e como surgiram? Em última instância, esta análise preliminar deve permitir identificar que obstáculos subsistem e em que medida a situação atual afeta também outras áreas.



Ao longo desta análise, devem ser construídos **indicadores para medir direta ou indiretamente a igualdade de género**. As causas dos problemas existentes devem ser concretamente identificadas e as etapas seguintes devem ser orientadas pelos resultados desta etapa inicial.

Em muitos casos, esta primeira etapa pode basear-se em relatórios e informações já existentes sobre desigualdades de género. Frequentemente, já existe um bom conhecimento de partida sobre os problemas existentes. Além disso, vários agentes, por exemplo grupos de mulheres da sociedade civil ou funcionárias/os públicos que trabalham na área em análise, dispõem de um bom conhecimento sobre as diferenças de género. **O importante é maximizar o número de fontes de informação para obter um retrato completo da situação**. Este conhecimento deve ser depois usado para moldar todo o trabalho subsequente ao nível das políticas e do orçamento.



Alerta de Ação

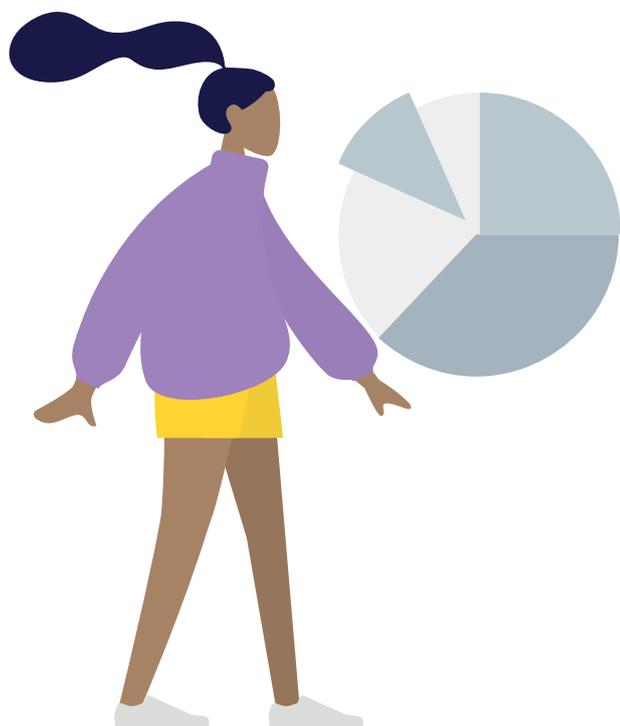
Enquanto sociedade civil, podes contribuir para este processo através das seguintes formas:

1. Sistematizar os teus próprios conhecimentos sobre as desigualdades e lacunas de género no setor
2. Comparar a tua análise com a do governo - o que pode estar em falta na avaliação oficial do problema?
3. Definir os principais problemas e desigualdades de género que devem ser objeto de atenção por parte dos elementos do governo
4. Elaborar metas futuras de igualdade de género, e verificar se as políticas, programas e orçamentos do governo as acolhem de forma adequada.

Etapa 2: Analisar, numa perspetiva de género, as políticas, os programas, projetos de reforma, atividades e orçamentos do governo

Esta etapa é o cerne de qualquer análise dos orçamentos numa perspetiva de género.

Existem vários instrumentos e métodos para realizar uma análise de género das atividades e orçamentos governamentais. Frequentemente, são utilizados os termos “ex ante” ou “ex post” para descrever esta análise. É importante que esta terminologia técnica ou legal não seja fonte de confusão. “Ex post” refere-se a uma análise dos efeitos das políticas e orçamentos após a sua implementação; por exemplo, quando já existem dados sobre a implementação de um certo serviço e sobre quem dele beneficiou. A análise “ex ante”, por seu lado, procura estimar os efeitos e impactos das políticas em plano e do orçamento futuro.



A análise ex post é, geralmente, mais fácil, porque há mais dados disponíveis e as políticas já foram implementadas. Contudo, as análises “ex ante” podem apoiar-se em dados e modelos anteriores, que são usados para simular comportamentos e efeitos futuros. Quando os programas orçamentais permanecem os mesmos ao longo do tempo, não há grande diferença entre estas duas análises. No entanto, se existirem grandes projetos de reforma, este processo torna-se ainda mais útil.

Enquanto sociedade civil, o objetivo é evitar a dispersão pelas técnicas de análise, e manter o foco numa compreensão geral do que deve ser feito, e de que forma devem os resultados ser apresentados, para poder decidir quando intervir - por exemplo, para chamar a atenção para uma análise ausente ou insatisfatória, ou para usar a análise de género existente para promover os teus objetivos.

A análise de género inclui a análise de atividades públicas - nomeadamente, serviços, investimentos ou montantes pagos a indivíduos (por exemplo, transferências sociais) ou instituições (por exemplo, subsídios às empresas) dentro do setor ou programa do orçamento que estiver a ser analisado.

As questões-chave que devem ser colocadas nesta análise são:

1. Quantas mulheres e homens (usando uma perspectiva de análise interseccional) são afetadas/os pelas políticas, programas, projetos de reforma, e atividades?
2. Qual o grau de acessibilidade dos serviços e das infraestruturas públicas para diferentes grupos de mulheres e de homens? Que obstáculos existem, em termos de género, para aceder a estes serviços ou infraestruturas?
3. Quais são os impactos sobre (diferentes grupos de) mulheres e de homens em matéria de emprego, rendimentos, mobilidade, saúde, prevenção da violência, etc.?
4. De que forma um serviço ou investimento específico irá afetar a ocupação das mulheres com o trabalho não remunerado, em particular as tarefas cuidadoras não remuneradas?
5. As atividades previstas respondem às lacunas e desigualdades de género identificadas na Etapa 1?
6. Existe um impacto visível em termos de redução das desigualdades e lacunas e de resposta às necessidades específicas das mulheres?
6. As verbas alocadas aos programas e atividades orçamentais são adequadas?
7. Qual é o orçamento previsto para programas e atividades específicas?
8. De que forma (diferentes grupos de) mulheres e homens poderão beneficiar das afetações orçamentais?

Alerta de Ação

As organizações de mulheres da sociedade civil têm papéis diversos nesta etapa (ver também os conselhos que damos a seguir à Etapa 3)

1. Avaliar a qualidade da análise dos orçamentos numa perspetiva de género feita pelo governo e a forma como ela é tornada pública nos documentos orçamentais; Identificar problemas e omissões na análise do orçamento numa perspetiva de género
2. Compilar as propostas de melhoria mais importantes (por exemplo: propor uma Declaração sobre Orçamentos sensíveis às questões de género; reivindicar melhores análises e melhores dados; propor o envolvimento de organismos de investigação independentes)
3. Dependendo dos temas, mobilizar a atenção do público para as propostas ou agendar diretamente reuniões de sensibilização com os/as responsáveis governamentais

Etapa 3: “Escolher a ação certa”: definir atividades para cumprir as metas de igualdade de género

Com base nos resultados da análise, o governo deve definir formas de melhorar a situação existente, em termos de redução de lacunas e desigualdades de género, de resposta às necessidades das mulheres, e de como alcançar os objetivos de igualdade de género. Isto implica decidir quais as ações mais adequadas para mudar a situação vigente.

Questões orientadoras para tomar esta decisão:

1. Quais são os objetivos de igualdade de género?
2. Os esforços / atividades correntes são os mais eficazes para alcançar a igualdade de género?
3. Que outras atividades podem ser necessárias para atingir as metas de igualdade de género?
4. Que atividades devem ser alteradas para melhor atender às metas de igualdade de género? Que programas orçamentais adicionais podem ser necessários?

Alerta de Ação

A sociedade civil é muito importante para garantir o objetivo da igualdade de género na política, atuação e execução orçamental do governo. No entanto, dado o vasto leque de políticas, é importante manter o foco e acompanhar de perto todos os passos. Como organização ou ativista, podes usar estas sugestões para desenvolver a tua avaliação e planear o teu plano de ação:

1. O orçamento aborda as desigualdades e prioridades de maneira adequada? Caso contrário, define o que é necessário em termos de orçamento e atividades (serviços, investimentos, transferências...)
2. Elabora um plano de sensibilização em torno das questões relacionadas com o orçamento
3. Identifica os principais problemas e desigualdades de género e de que forma tais problemas e dificuldades poderiam / deveriam ser tratadas ao nível do orçamento
4. Identifica onde poderiam ser aplicados cortes na despesa para mobilizar recursos para as suas prioridades (por exemplo, despesas militares, despesas com o orçamento de relações públicas do governo, subsídios para grandes empresas, incentivos fiscais para empresas ou indivíduos detentores de riqueza, etc.)
4. É crucial intervir nos momentos-chave! Promove com maior intensidade estas questões junto do público (por exemplo, através dos meios de comunicação, das redes sociais, de iniciativas públicas) nos momentos mais oportunos - por exemplo, durante a discussão do orçamento no Parlamento

Como sempre sucede, é necessário foco para se ser eficaz. Mesmo que haja muitas questões a abordar, é altamente recomendável que te concentres nos objetivos de igualdade de género que se revestem, do teu ponto de vista, de maior prioridade

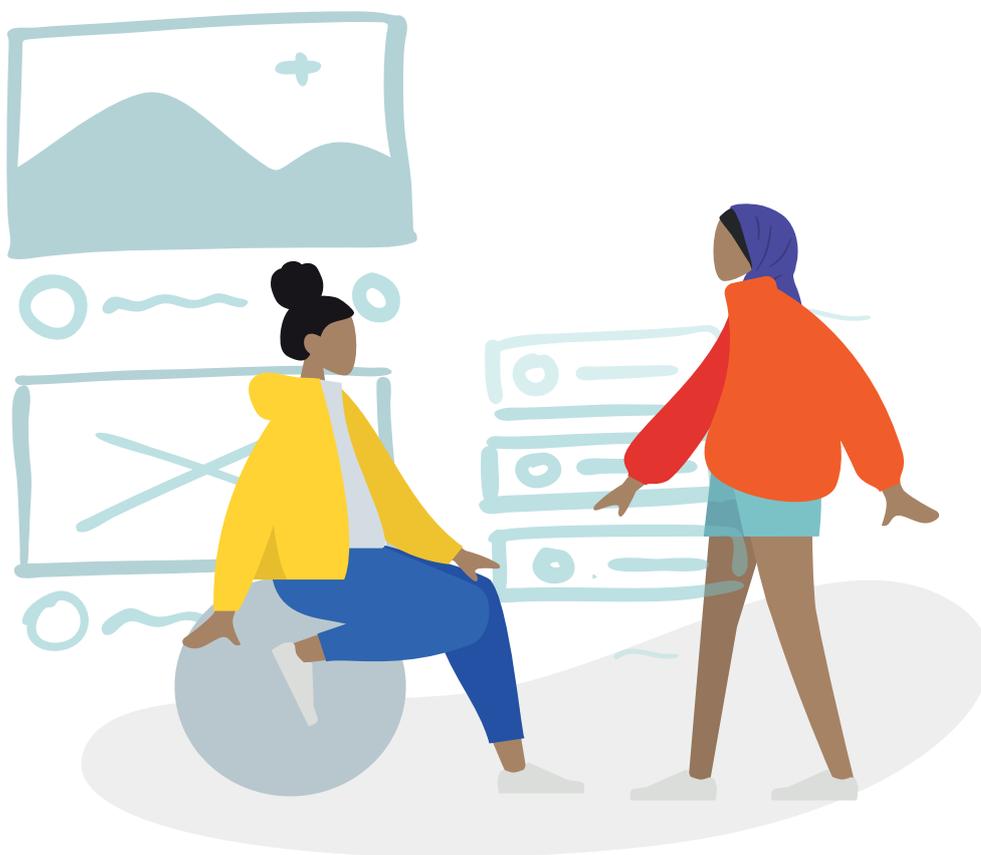
Passo 4: Alocar recursos adequados para as atividades / reformas que visam cumprir as metas de igualdade de gênero e garantir financiamento suficiente para a sua implementação

A etapa 4 está intimamente relacionada com a etapa anterior de “escolher as ações certas”. No entanto, definir atividades para cumprir os objetivos de igualdade de gênero não é suficiente. **Com frequência, o principal problema reside no financiamento insuficiente.** Assim, é da maior importância que o governo determine que montantes são necessários para atingir os objetivos de igualdade de gênero visados pelas diferentes atividades.

O método para definir que recursos são necessários para a implementação destas atividades é denominado “custeio”. Basicamente, trata-se da definição de quais as verbas necessárias para implementar adequadamente as diferentes políticas e atividades.

A questão principal, com base nas lacunas identificadas, no custo e nas metas de igualdade de gênero, é:

O orçamento previsto é o adequado? Caso contrário, define (ou apela ao governo para que o faça) o orçamento necessário para atividades específicas, a curto e longo prazo.



Etapa 5. Assegurar uma implementação com perspetiva de género das políticas e orientações orçamentais

Os passos referidos até agora devem ser dados no processo de preparação do orçamento (**Ou seja:** quando o governo prepara o próximo orçamento a ser apresentado ao Parlamento para deliberação e aprovação) **mas isto não é suficiente para garantir uma orçamentação com perspetiva ao género.** É igualmente importante acompanhar a implementação do orçamento e respetivas políticas ao longo do ano económico.

Isto envolve particularmente dois aspetos:

- Garantir uma implementação com perspetiva de género das políticas e reformas previstas do orçamento e documentos de política relacionados - serviços, investimentos, transferências etc. - para atender às metas de igualdade e eliminar as disparidades de género
- Garantir uma execução orçamental conforme planeada no documento orçamental (por exemplo, garantir que as questões prioritárias para a igualdade de género recebam todo o financiamento previsto)

Na fase de implementação, importa **ter claramente presente os impactos esperados, em termos de igualdade de género, das atividades e respetivos orçamentos.** Trata-se de assegurar que a implementação é desenhada de forma a ir ao encontro de todos os grupos visados e a alcançar as metas de igualdade de género. É importante que todos os atores responsáveis pela implementação dos orçamentos e atividades incluam a perspetiva de género no seu trabalho.



Alerta de Ação

Como a análise do orçamento numa perspetiva de género precisa de estatísticas fiáveis e desagregadas por sexo em torno das questões de género, a fase de implementação é um bom ponto de partida para recolher estes dados; por exemplo, dados desagregados por sexo sobre beneficiárias/os de serviços públicos.

Etapa 6: Revisão e melhoria contínua: Acompanhamento e avaliação

Para fechar o ciclo do processo orçamental, a fase final é o acompanhamento, avaliação e auditoria, após o fecho do ano orçamental. **Esta última etapa é crucial para garantir uma apreciação dos resultados e impactos da implementação do orçamento e das políticas.** Existem diferentes atividades nesta fase, algumas internas, asseguradas pelos próprios ministérios e organismos da administração pública, e outras externas, geralmente realizadas por auditores independentes/Tribunal de Contas. É de grande importância garantir que os processos e métodos de auditoria interna e externa, de acompanhamento, e de avaliação incluam uma sólida perspetiva de igualdade de género.

Tal implica:

- Analisar os resultados da implementação em termos de igualdade de género
- Questionar se os objetivos de igualdade de género foram atendidos, e se as atividades implementadas nos aproximaram dos objetivos de igualdade de género em termos de redução de desigualdades, superação de lacunas e resposta às necessidades prioritárias das mulheres?

- Se as reformas não tiveram os efeitos pretendidos ou tiveram efeitos colaterais negativos, é necessário analisar quais foram e porque razão sucederam.

Com base nos resultados do acompanhamento, avaliação e auditoria feitas com perspetiva de género, **devem ser desenvolvidas recomendações** sobre como melhorar as atividades do governo, as alocações orçamentais e os mecanismos de implementação, com vista à prossecução dos objetivos de igualdade de género.

Essas recomendações devem ser usadas como contributo para o novo ciclo de plano e orçamento. Ou seja, o processo pode voltar ao início, sendo o passo seguinte analisar o que mudou (ou não) em relação à igualdade de género, como resultado das atividades governamentais (ver Etapa 1).

Alerta de Ação

A sociedade civil pode estabelecer atividades de acompanhamento externo com base nas suas prioridades de igualdade de género.

Tal pode incluir, por exemplo, o acompanhamento da despesa e das atividades do governo em áreas específicas e elaborar um breve relatório de acompanhamento sobre até que ponto os objetivos de igualdade de género foram alcançados ou não. Outro exemplo é analisar os relatórios do governo em termos de sensibilidade às questões de género.

Os resultados destas atividades de acompanhamento podem ser usados para fundamentar as suas iniciativas no ciclo orçamental seguinte; por exemplo, usando-os para estruturar as suas intervenções aquando da preparação e posterior debate do futuro orçamento no Parlamento.

6 | Promovendo a Mudança: A Experiência das Organizações da Sociedade Civil

A prioridade máxima deve ser a aprovação e aplicação de orçamentos sensíveis às questões de género por parte de quem tem responsabilidades de tomada de decisão política, porque este é um processo de cima para baixo - quando o nível político não assume este compromisso, não conseguimos arrancar, porque não existe a vontade política necessária.

Michaela Schatz, diretora da secção de Orçamentos sensíveis às questões de género no departamento de Assuntos Financeiros da cidade de Viena

Defender a implementação de Orçamentos sensíveis às questões de género nos orçamentos locais, regionais e nacionais requer diferentes abordagens, devido, nomeadamente, às diferentes estruturas financeiras dos vários organismos, às diferenças entre as estruturas financeiras / políticas dos Estados-Membros e à situação corrente / pretendida dos Orçamentos sensíveis às questões de género. As organizações de mulheres tiveram, assim, de adotar diferentes estratégias e campanhas de sensibilização.

Neste guia, partilhamos as experiências e conselhos de organizações da sociedade civil de mulheres da Escócia, Portugal e Suécia sobre a forma como promoveram os orçamentos sensíveis às questões de género.



Scottish Women's Budget Group



A *ENGENDER* é a organização associativa feminista da Escócia. A nossa visão é a de uma Escócia onde mulheres e homens têm iguais oportunidades na vida, igualdade de acesso aos recursos e aos mecanismos de poder, e usufruem de níveis idênticos de proteção e segurança. Somos uma organização associativa que promove uma agenda anti-sexista na Escócia e na Europa com vista a aumentar o poder e influência das mulheres e a tornar visível o impacto do sexismo nas mulheres, nos homens, e na sociedade.

Desde a devolução de poderes ocorrida em 1999, a Escócia fez alguns progressos em matéria de Orçamentos sensíveis às questões de género, principalmente através do Grupo Consultivo de Igualdade e Orçamento (*Equality and Budget Advisory Group*) e da Declaração sobre Igualdade e Orçamento (*Equality Budget Statement*), atualmente Declaração pela Igualdade e por uma Escócia mais Justa (*Equality and Fairer Scotland Statement - EBFS*).

Publicada em paralelo à proposta do Orçamento, a EBFS avalia os planos de despesa dos vários ministérios em termos de impacto na igualdade e na desigualdade socioeconómica. É o único processo deste tipo, atualmente, no Reino Unido.

No entanto, presentemente, a EBFS é uma lista de despesas relacionadas com questões de género e igualdade, descrevendo decisões que já foram tomadas. Tem um impacto limitado no processo orçamental propriamente dito.

O EBFS requer um propósito mais claro e uma elaboração mais oportuna para poder influenciar substantivamente o desenvolvimento da proposta de orçamento escocesa, e para poder ser usado de forma mais eficaz pelas/os

deputadas/os e comissões parlamentares no escrutínio que fazem do orçamento.

O Grupo Orçamental das Mulheres Escocesas (*Scottish Women's Budget Group*) foi fundado quase em simultâneo com o Parlamento escocês, entre 1999 e 2000. Originalmente designado como Grupo Orçamental da *ENGENDER*, dado ter nascido no seio desta organização de promoção de políticas feministas, este grupo congregou mulheres ativistas, académicas e profissionais com papel ativo na promoção das questões de género.

O Grupo Orçamental das Mulheres Escocesas aproveitou a oportunidade de desenvolvimento de novas instituições e processos no período que se seguiu à devolução de poderes, no contexto de um regime político de pequena dimensão e fortemente coeso, para defender a prática de orçamentos sensíveis às questões de género.

Como Angela O'Hagan descreveu no seu estudo definitivo sobre a análise de orçamentos sensíveis às questões de género na Escócia, este Grupo iniciou um programa sustentado de sensibilização para informar e persuadir deputadas/os, funcionárias/os do governo escocês, e ministros/as das finanças.

“Os orçamentos sensíveis às questões de género visam assegurar que os dinheiros públicos beneficiam toda a população e não apenas alguns, e que promovem ativamente a igualdade”

Jill Wood, *ENGENDER* #OntheEndgender

Através de seminários sobre orçamentos sensíveis às questões de género com altos funcionários do governo ligados às finanças, da defesa de realização de estudos-piloto sobre orçamentos sensíveis às questões de género em áreas políticas específicas, e do hábil posicionamento de pessoas promotoras dos orçamentos sensíveis às questões de género enquanto assessoras das comissões parlamentares que acompanhavam estas matérias, o Grupo Orçamental das Mulheres Escocesas construiu um argumentário para a análise de género dos processos orçamentais.

Os estudos-piloto incluíram a análise da despesa em programas relacionados com o desporto e com o combate ao tabagismo. O Grupo alcançou um objetivo significativo dos seus esforços quando o governo escocês publicou, em 2009, a *Declaração sobre Igualdade* na proposta de orçamento para 2010-2011.

Desde 2009, o Grupo Orçamental das Mulheres Escocesas tem defendido o desenvolvimento, no contexto da análise dos orçamentos com perspetiva de género, do processo de declarações sobre igualdade no orçamento.

O Grupo Consultivo de Igualdade e Orçamento, cuja primeira versão foi também criada em 2000, tem igualmente contribuído para este trabalho. O Grupo Orçamental das Mulheres Escocesas fez sempre parte deste organismo, mas Angela O'Hagan, perita em orçamentos sensíveis às questões de género, é agora a sua presidente independente.



Este facto espelha a abordagem que o Grupo Orçamental das Mulheres Escocesas advoga há muito tempo: pressionar externamente o governo e, em paralelo, maximizar o espaço de atuação no seio do mesmo.

Tem sido um desafio defender a necessidade de passar de uma muito elogiada mas insuficiente declaração sobre igualdade no orçamento para uma análise interseccional de género do orçamento. Tem sido difícil defender um processo que se centre nas mulheres e nas questões de género, face a um contexto político maior que enfatiza uma “transversalização das igualdades” mais alargada e difusa e que inclui também as desigualdades socioeconómicas.

Quatro principais concelhos

1. Use ferramentas de organização e sensibilização para desmistificar o orçamento, em benefício das mulheres e das organizações de mulheres.
2. É vital dotar as/os funcionários pertinentes e os membros do parlamento de competências em questões de género: não é possível uma análise adequada de orçamentos com uma perspetiva de género sem que tal aconteça.
3. Os processos financeiros e orçamentais são marcados pela negociação política e são obscuros e opacos. É vital manter relações estratégicas com diferentes tipos de intervenientes.
4. Esta é uma viagem de longo curso. Constrói as tuas alianças e organizações promotoras de forma a que consigam lidar com o ritmo lento e cansativo das reformas orçamentais.



A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) é uma organização coletiva que contribui para empoderar, articular e mobilizar as organizações não governamentais (ONG) portuguesas de direitos das mulheres e para o reforço da sua rede de contactos e de cooperação com outras organizações europeias, mediterrânicas e internacionais que trabalham nesta área, com o objetivo último de fortalecer e apoiar o importante papel social destas ONG enquanto promotoras da igualdade de género.

Em 2015, aquando da submissão do seu relatório sombra junto do Comité CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, a PpDM chamou a atenção para a crise financeira que atingira Portugal e que, juntamente com as políticas de austeridade em vigor desde 2011, originou uma crise económica e social que enfraqueceu os direitos humanos, económicos e sociais das mulheres, prolongando e exacerbando as desigualdades de género existentes e criando outras novas. Nesse mesmo ano, a PpDM enviou uma delegação de 3 pessoas à sessão CEDAW, onde uma das principais recomendações das ONG de mulheres foi o Estado começar a implementar um Orçamento sensível às questões de género..

Como resultado, o Comité CEDAW lembrou ao Estado parte que, mesmo em tempos de restrições fiscais e de crise económica, devem ser feitos esforços especiais para respeitar os direitos humanos das mulheres, sustentar e expandir o investimento social e a proteção social e adotar uma abordagem com perspectiva de género, dando prioridade às mulheres em situações vulneráveis.

As observações finais foram traduzidas pela PpDM e foi promovida uma audiência no Parlamento. Estas observações foram também enviadas para os membros do governo recém-eleito. Em paralelo, trabalhamos com os meios de comunicação social, alertando para o desastroso subfinanciamento das organizações de mulheres em Portugal, e da PpDM em particular enquanto sua organização representativa.

Em consequência, a PpDM recebeu naquele ano, pela primeira vez na sua história, uma subvenção estatal, financiada pelos jogos sociais, e foi igualmente convidada para prestar assistência técnica

num projeto-piloto sobre orçamentos sensíveis às questões de género no Orçamento do Estado.

Neste contexto, a perspectiva de género foi pela primeira vez introduzida na Lei do Orçamento do Estado em 2018, a qual estipulava que os departamentos governamentais deveriam preparar um relatório que analisasse o impacto de género das suas políticas setoriais, a fim de preparar caminho para um Orçamento do Estado sensível às questões de género.

Esta orientação estava alinhada com os indicadores de política sobre igualdade entre mulheres e homens inscritos no Plano de Ação da recém-adotada Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030, para a qual a PpDM havia sido consultada e para a qual tinha dado contributos.

Este processo foi liderado politicamente pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e pelo Secretário de Estado das Finanças, em estreita cooperação com a PpDM, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a Direção-Geral do Orçamento.

O projeto-piloto envolveu sete Ministérios: Presidência e Modernização Administrativa, Finanças, Administração Interna, Justiça, Educação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e Saúde. Cada um selecionou um conjunto de medidas ou iniciativas de política para serem avaliadas em termos de impacto de género. Foi organizado um workshop internacional com o objetivo de se aprender com as experiências de outros países.

A PpDM desenvolveu um guia metodológico - incluindo uma ferramenta para implementação de orçamentos sensíveis às questões de género - através de um processo participativo que envolveu funcionárias e funcionários da administração pública

(e, em alguns casos, assessoras/es dos gabinetes ministeriais) indicados pelos Ministérios. A PpDM desenhou ainda um módulo formativo de 21 horas que ministrou, primeiro, a um conjunto inicial de 23 funcionárias/os públicos, e posteriormente ao INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas.

O projeto-piloto terminou com um relatório global dividido em 5 capítulos:

- **Realizações:** as iniciativas legais, institucionais e procedimentais efetuadas;
- **Realidade:** análise atualizada da situação de mulheres e de homens nas áreas de política cobertas pelo projeto-piloto;
- **Representação:** participação de mulheres e de homens em posições de tomada de decisão;
- **Recursos e resultados:** medidas de política analisadas no projeto-piloto, em matéria de igualdade entre mulheres e homens, incluindo objetivos e valores orçamentados;
- **Recomendações:** medidas e procedimentos necessários para garantir o desenvolvimento progressivo, sustentado, e consistente dos orçamentos sensíveis às questões de género em Portugal.

O projeto-piloto pretendia servir de base para uma implementação progressiva de um Orçamento do Estado sensível às questões de género.

Desde 2019, as Leis do Orçamento do Estado determinam que os orçamentos dos serviços e organismos públicos devem incorporar uma perspetiva de género, identificando os programas, atividades ou medidas a serem submetidos a uma análise do impacto de género; contudo, não se registaram mais avanços significativos.

A PpDM trabalhou com os meios de comunicação social, bem como com o Parlamento, em atividades de sensibilização, e apresentou um conjunto de propostas ao longo do tempo. Enquanto organização com assento no Conselho Económico e Social de Portugal (CES), a PpDM tem estado envolvida, anualmente, na preparação dos pareceres que este Órgão Constitucional emite sobre o Orçamento do Estado.

Como resultado, o Orçamento do Estado para 2021 identifica, pela primeira vez, 8 objetivos, 25 indicadores e 19 medidas / ações concretas que visam avaliar o impacto do Orçamento do Estado na igualdade de género, no contexto dos grandes desafios estratégicos que o Orçamento contempla: as alterações climáticas, o desafio demográfico, a construção de uma sociedade digital e a redução das desigualdades.

Os três principais ensinamentos

1. O processo de avaliação da implementação da Convenção CEDAW é um momento importante para ações de sensibilização
2. É importante identificar aliadas/os, promover ações de sensibilização, e fomentar o conhecimento sobre o tema junto do governo, do parlamento, da academia, e da administração pública
3. O orçamento sensível às questões de género é especialmente exigente, pois requer a ação coordenada de duas áreas de política pública: Finanças Públicas e Igualdade de Género. As ONG de direitos das mulheres são parceiras-chave para garantir a fluidez do processo, através de ações de assessoria técnica, comunicação contínua, e sensibilização, especialmente nos momentos de preparação e negociação do Orçamento do Estado.

Qual é o seu conselho para outras organizações de mulheres?

1. Usar os Tratados ratificados pelo Estado e os referenciais de direitos humanos das mulheres emanados pela ONU, pela União Europeia, e em cada país para exercer pressão. Promover conhecimento sobre orçamentos sensíveis às questões de género com base nas experiências vividas das mulheres; ter materiais de informação acessíveis sobre orçamentos sensíveis às questões de género, criando uma maior consciência sobre o tema.
2. Fazer parte de órgãos consultivos ou que, de alguma forma, tenham influência no debate público, de forma a ter acesso a informação relevante e a ter um papel ativo na formulação de pareceres.



O LOBBY SUECO DAS MULHERES (LSM) foi fundado em 1997 e desde essa altura que tem promovido os orçamentos sensíveis às questões de género. Baseamos o nosso trabalho de promoção dos orçamentos sensíveis às questões de género nos compromissos assumidos pela Suécia e por outros países na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e no Tratado de Amsterdão. Estes compromissos visam integrar as perspetivas das mulheres em todos os processos políticos, económicos e sociais, a nível local e internacional.

Em 2005, após pressão por parte de mulheres feministas na política e do movimento de mulheres, o parlamento sueco adotou uma proposta de lei progressista sobre igualdade de género que incluía um forte compromisso com a transversalização das questões de género e com os orçamentos sensíveis às questões de género. A partir desse momento, o LSM tem procurado acompanhar a implementação e os resultados dos orçamentos.

Todos os anos, realizamos uma apreciação do Projeto de Lei do Orçamento do Estado do ponto de vista da igualdade de género. Os comentários têm diferentes temas em cada ano, desde o impacto das medidas de austeridade até aos benefícios fiscais e investimentos nos cuidados associados à gravidez e ao parto. Independentemente do tema, três questões permanecem:

1. A igualdade de género está transversalizada no orçamento?
2. Os investimentos propostos beneficiarão de igual forma as mulheres e os homens?
3. Globalmente, o orçamento irá promover uma maior igualdade de género?

Usamos vários métodos nas nossas análises, mas geralmente começamos por pesquisar palavras-chave como *mulher*, *rapariga*, e *igualdade de género* no texto do orçamento. A quantidade e a distribuição dos resultados indicam o nível de transversalização: uma grande quantidade uniformemente distribuída sugere

que o orçamento integrou adequadamente as questões de género, e vice-versa. Em seguida, analisamos quando, onde e como as questões das mulheres e da igualdade de género são abordadas no orçamento. Queremos descobrir se as diferenças na distribuição e resultado dos investimentos são evidenciadas, devidamente analisadas e abordadas com ações suficientes.

Os resultados das nossas análises são resumidos em breves comentários *online*, ou, quando temos recursos suficientes, em relatórios escritos. Quando conseguimos produzir um relatório escrito, organizamos um evento para o qual convidamos o/a Ministro/a das Finanças, a quem pedimos que comente os nossos resultados. Tentamos igualmente obter o máximo de cobertura mediática, e geralmente somos convidadas a comentar a Lei do Orçamento na televisão nacional.

A forma de obter cobertura mediática, pelo menos no nosso caso, tem sido acompanhar o ciclo normal de notícias. Nos dias que antecedem o lançamento do Orçamento do Estado, todos os meios de comunicação tratam de temas de economia e orçamento. Esta é a altura ideal para mobilizar contactos nos meios de comunicação e perguntar-lhes se querem saber mais sobre as propostas de política económica do movimento de mulheres.



Apreciação do Orçamento do Estado 2018 do LSM

Ao longo dos anos, o governo melhorou o seu trabalho na área dos orçamentos sensíveis às questões de género. No LSM, temos a certeza de que a nossa apreciação anual do orçamento e todas as atividades de comunicação que fazemos desempenharam um papel neste progresso.

Observámos também, em várias ocasiões, que algumas das exigências que incluímos na nossa apreciação anual são atendidas na Lei do Orçamento seguinte ou no ano subsequente. Por exemplo, na nossa apreciação do Orçamento de 2017, concluímos que as medidas de emprego foram distribuídas de forma desigual entre mulheres e homens imigrantes, e exigimos que fossem feitos esforços especiais para mulheres imigrantes sem escolarização. E na verdade, no orçamento para 2018, o governo alocou especificamente verbas para educação e formação de mulheres imigrantes, algo que nunca tinha sucedido.

Nos últimos dois anos, o LSM alargou o seu trabalho sobre orçamentos sensíveis às questões de género aos níveis regional e local. Com base na experiência que adquirimos através das análises à Lei do Orçamento nacional, desenhámos um programa de formação para decisoras/es de política e funcionárias/os económicos locais.

Temos como alvo regiões e municípios que assinaram a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local e proporcionamos-lhes uma formação de um dia, paga à hora.

Uma vez por ano, organizamos uma conferência nacional para partilhar inspiração, ferramentas

e conhecimento sobre transversalização das questões de género. O programa inclui sempre várias palestras, seminários e oficinas sobre orçamentos sensíveis às questões de género. No próximo ano, entre outras atividades, teremos um painel de discussão sobre a auditoria de igualdade de género do quadro financeiro plurianual 2014-2020 da União Europeia realizada pelo Tribunal de Contas Europeu. Esta conferência reúne mais de 1000 participantes, principalmente políticos/as, gestores/as, e especialistas de todas as áreas e níveis do setor público e é financiada através da venda de bilhetes e taxas de exposição.

O que aconselhamos a outras organizações de mulheres?

- Que tentem manter-se centradas nas grandes questões e nas causas maiores. Se queremos mudar o sistema económico atual, temos de participar no debate económico geral e, para isso, temos de nos concentrar nos grandes tópicos, como o emprego, a política fiscal e a educação.

O vosso governo é obrigado a implementar um orçamento sensível às questões de género. Use os compromissos assumidos na Plataforma de Ação de Pequim e no Tratado de Amesterdão ou, a nível local, na Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local.

O orçamento pode ser uma ótima ferramenta para exigir a prestação de contas. Estude o orçamento para descobrir se as promessas de igualdade de género foram cumpridas ou esquecidas e utilize essas informações para pedir responsabilidades ao governo.

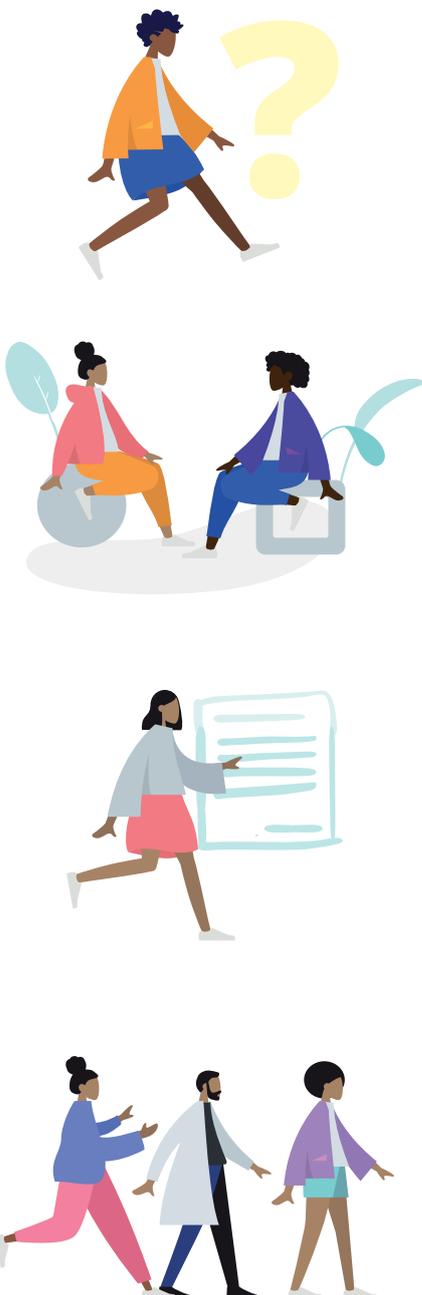
Diferencie entre questões de maioria e questões de minorias. A igualdade de género e os direitos das mulheres são questões de maioria, que beneficiam de uma abordagem de transversalização através do orçamento. Tenha presente que outras necessidades podem ser melhor abordadas com medidas mais direcionadas, como a alocação de verbas específicas para determinados grupos de mulheres ou raparigas.

7 | Ferramentas de sensibilização

Tendo sido detalhadamente apresentados alguns conceitos essenciais, como o de análise de orçamentos com uma perspectiva de género, e partilhados alguns dos ensinamentos de organizações especializadas, apresentamos agora um conjunto de recursos desenvolvidos para apoiar iniciativas de promoção deste tema.

Quer se trate de contactar diretamente as instituições financeiras governamentais ou de realizar ações de sensibilização geral, estas ferramentas têm como objetivo auxiliar as organizações nos seus esforços de defesa dos orçamentos sensíveis às questões de género enquanto instrumento para a promoção da igualdade entre mulheres e homens.

Este Kit inclui:



Perguntas frequentes: O objetivo destas perguntas frequentes é fornecer às organizações de mulheres da sociedade civil respostas sintéticas e prontas a usar para algumas das perguntas mais comuns sobre orçamentos sensíveis às questões de género. Use esta ferramenta na preparação das suas iniciativas de sensibilização junto de decisoras/es ou partes interessadas mais importantes.

Mensagens-chave: O Grupo de Trabalho de Peritas em orçamentos sensíveis às questões de género desenvolveu uma série de mensagens-chave que podem ser usadas nas redes sociais ou em campanhas nos meios de comunicação tradicionais. Incluímos exemplos de imagens, bem como conselhos sobre como maximizar o impacto destas campanhas.

Carta-Modelo de Sensibilização: Um exemplo de carta-modelo que pode ser enviada a uma instituição financeira pública. Tal pode incluir partes interessadas ao nível municipal, regional ou nacional, desde Ministérios das Finanças a organismos de supervisão orçamental de âmbito local. Encorajamos o uso desta carta como ponto de partida, adaptando-a às circunstâncias particulares.

Apelos e reivindicações da sociedade civil: Para apoiar qualquer uma das ações descritas acima ou, por exemplo, para usar em campanhas nas redes sociais, este recurso reúne um conjunto de breves apelos e reivindicações que podem ser dirigidos a instituições financeiras ou pessoas com responsabilidade na tomada de decisão. Tenha presente a página **“Comece a sua campanha”** no nosso site para informações adicionais sobre uma utilização eficaz deste recurso.

Perguntas Frequentes

O que são os orçamentos com perspetiva de género?

São uma forma de analisar e elaborar orçamentos que procura ter em conta quais os impactos de um orçamento nas diferentes necessidades de mulheres e de homens, raparigas e rapazes.

Não se trata de orçamentos separados para mulheres, nem de orçamentos que investem o mesmo valor com mulheres e com homens, mas sim de orçamentos que reconhecem as diferentes situações e necessidades de mulheres e de homens e visam promover a igualdade de género. Ao nível nacional, deve ser aplicado às despesas e receitas. Para outras instituições e organizações ou para o setor comercial e privado, trata-se de encontrar uma abordagem equivalente, no seu enquadramento financeiro, para alcançar a meta da igualdade de género.

O objetivo final é promover orçamentos sensíveis às questões de género, alinhados com as metas de direitos humanos e com as necessidades das mulheres, e que resultem em igualdade de género *de facto*.

De que forma os orçamentos sensíveis às questões de género promovem a igualdade entre mulheres e homens?

Os orçamentos sensíveis às questões de género promovem a inclusão das necessidades, exigências e direitos humanos das mulheres e dos homens nos processos orçamentais e estimulam a participação de mulheres e de homens nestes processos.

Os orçamentos sensíveis às questões de género contribuem para a concretização dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais das mulheres, ao identificarem mecanismos para reduzir as características institucionais e estruturais da sociedade que fomentam a pobreza das mulheres. Enquanto contributo para a igualdade no acesso aos recursos económicos, os orçamentos sensíveis às questões de género capacitam economicamente as mulheres, promovendo ganhos para a sociedade como um todo e o cumprimento dos objetivos de crescimento, emprego e coesão social, tornando-se assim uma estratégia fundamental para o progresso. Os investimentos não são neutros em termos de género; por isso, não considerar o impacto de género das políticas e investimentos públicos pode não só prolongar, mas até agravar as desigualdades de género.

Portanto, os orçamentos sensíveis às questões de género são um requisito que todos os órgãos financeiros devem assegurar para cumprir os normativos legais existentes e para estabelecer um compromisso com a igualdade entre mulheres e homens.

Qual a importância dos orçamentos sensíveis às questões de género nos processos orçamentais?

Iniciar um processo de orçamento com perspetiva de género cria condições ideais para a aprendizagem e partilha de conhecimentos e boas práticas sobre finanças e políticas orçamentais em geral, mas ainda mais quando aplicado no quadro de orçamentos públicos, de fundações ou de qualquer outro tipo de fundos. Os orçamentos sensíveis às questões de género são uma ferramenta que permite não apenas avaliar se os compromissos de política relacionados com a igualdade de género se refletem em provisões orçamentais adequadas, mas também para avaliar “até que ponto as intervenções de política pública são ou não claramente concebidas como ações para promover a igualdade de género”. São importantes porque facilitam uma justa e equitativa afetação de verbas e de recursos e porque permitem que quer as instituições governamentais, quer as organizações da sociedade civil contribuam para o avanço da igualdade entre mulheres e homens e para a transversalização da dimensão de género nas políticas financeiras.

Os orçamentos sensíveis às questões de género contribuem para a transparência na distribuição e nos impactos do orçamento - um princípio central na boa governança.

Como se põem em prática os orçamentos sensíveis às questões de género?

O ponto de partida, seja para os governos, seja para as ONG ou outros intervenientes, é a chamada análise de orçamentos com uma perspetiva de género, a qual consiste numa análise do impacto do orçamento de um ponto de vista interseccional (como são afetadas mulheres de diversas origens étnicas, escalões etários, níveis de rendimentos, estatuto legal, etc.). Esta análise ajuda as e os intervenientes no processo a **perceber a influência das diferenças estruturais nas desigualdades de género e a avaliar o impacto potencial da política orçamental**. A análise inclui uma avaliação das despesas e das receitas, políticas macroeconómicas, e a eficácia dos investimentos e da prestação de serviços.

A **implementação do orçamento sensível às questões de género requer uma mudança nas estruturas institucionais**. A criação de mecanismos institucionais específicos - como o estabelecimento de interlocutoras/es para as questões de género; a mudança de processos e de cultura organizacional; o estabelecimento de ligações claras entre as provisões orçamentais, os programas existentes e os objetivos nacionais e setoriais de igualdade de género; e o acompanhamento e avaliação das concretizações, são aspetos essenciais e permanentes do processo de orçamentação sensível à questões de género.

Quais são as partes interessadas relevantes quando se trata de promover a igualdade de género por via dos orçamentos?

O orçamento sensível às questões de género pode ser aplicado ao nível nacional, regional e local, dentro das instituições e também ao nível de programas ou setores. A integração da perspectiva de género em todas as etapas do processo de plano e orçamento - implica o envolvimento de "agentes de igualdade de género comprometidas/os, informadas/os e capacitadas/os, dentro e fora do governo"- representantes do governo e partes interessadas externas.

A nível nacional

- Os orçamentos / programas nacionais, regionais e locais estão interligados e interdependentes das políticas de instrumentos financeiros internacionais; portanto, todos os níveis de governo responsáveis por orçamentos e alocações financeiras são relevantes na implementação dos orçamentos sensíveis às questões de género. Isso significa que todos os orçamentos e políticas fiscais devem ser reformuladas para esta finalidade. É importante que sejam identificadas partes interessadas dentro do governo central, bem como nos mecanismos de poder local, que têm um impacto mais direto sobre a vida de mulheres e homens.

A nível internacional

- Dentro da União Europeia, a Comissão Europeia seria a instituição mais relevante a abordar. Qualquer iniciativa da Comissão no sentido de utilizar eficazmente os orçamentos sensíveis às questões de género promoveria a implementação dos tratados da União Europeia que definem compromissos jurídicos vinculativos para transversalizar a dimensão da igualdade entre mulheres e homens em todas as políticas. Outros contextos relevantes seriam os programas e quadros financeiros da União Europeia (Orçamento anual, Quadro Financeiro Plurianual, Fundos de Recuperação) e mecanismos congéneres da ONU, NATO, OSCE, **WMO** e OMC, usando os orçamentos sensíveis às questões de género enquanto metodologia analítica e de avaliação contínua para as políticas financeiras e alocações de despesa destas organizações.

O setor privado também é relevante

- Os bancos, por exemplo, podem realizar auditorias usando os indicadores dos orçamentos sensíveis às questões de género para rever as suas políticas: por exemplo, analisar as suas reservas, declarações e fluxos financeiros para determinar se os seus investimentos são sensíveis às questões de género. A comunidade filantrópica também pode aplicar os orçamentos sensíveis às questões de género nos seus processos. Por exemplo: as fundações podem incorporar compromissos específicos nas suas declarações de missão e na sua alocação de recursos, bem como na sua política de donativos. Todas as empresas do setor privado podem também implementar orçamentos sensíveis às questões de género nas suas operações e políticas de conformidade (*compliance*), através de um Sistema de Gestão de Conformidade.

Mensagens-chave para campanhas

Orçamentos sensíveis às questões de género: um instrumento de transversalização da igualdade entre mulheres e homens (*gender mainstreaming*)

A transversalização das questões de género é uma forma de garantir que as políticas e as leis respondem mais efetivamente às necessidades de todas e de todos – mulheres e homens, raparigas e rapazes, meninas e meninos. Os orçamentos sensíveis às questões de género permitem identificar os diferentes impactos que as receitas e as despesas públicas têm em diferentes grupos de pessoas, e mais concretamente a medida em que os quadros orçamentais vigentes não atendem às diferentes necessidades das mulheres e das raparigas.

Os orçamentos refletem as prioridades políticas

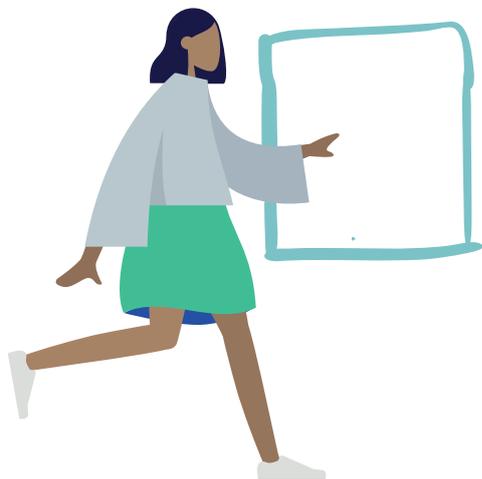
Os orçamentos são muitas vezes apresentados como um conjunto complexo de regras e procedimentos, mas são, na verdade, o mais importante instrumento político e uma ferramenta poderosa para transformar as sociedades. A orçamentação sensível às questões de género revela os mecanismos orçamentais na Europa.

Os orçamentos não são neutros em termos de género

Quando se fala em orçamentos, é comum assumir-se que eles afetam todas as pessoas da mesma forma. Isto não é verdade. As mulheres têm necessidades específicas e enfrentam obstáculos específicos, em consequência, principalmente, da forma histórica, tradicional e estereotipada como o poder e o trabalho têm sido distribuídos. Os orçamentos com perspetiva de género são um caminho para dar conta desta realidade.

Do compromisso à ação

É chegada a altura para que quem esteja envolvida/o em processos de tomada de decisão ao nível da UE e dos Estados-Membros dê o passo seguinte e garanta que o cuidado e a promoção da igualdade entre mulheres e homens sejam vistos como um investimento público, e não como uma questão da despesa pública. É mais importante do que nunca que todas as partes interessadas se comprometam a investir na concretização dos direitos das mulheres e a garantir que cada Euro que é aplicado está a responder aos valores da sociedade.



Reduzir a pobreza de forma mais eficaz

A igualdade de género é fundamental para quebrar os ciclos de pobreza. As mulheres e os homens vivenciam a pobreza de formas diferentes (e as mulheres de forma mais severa); e ambos enfrentam diferentes obstáculos para superarem as situações de pobreza. As mulheres são também mais afetadas pela falta de tempo do que os homens. Se as necessidades das mulheres não forem levadas em consideração, as políticas de redução da pobreza correm o risco de falhar. Desta forma, os resultados da análise dos orçamentos sensíveis às questões de género fornecem uma base de evidências importante para desenhar políticas que reduzam eficazmente a pobreza.

Promover a prestação de contas e a transparência

Os orçamentos sensíveis às questões de género são uma ferramenta poderosa para evidenciar o fosso que existe entre os compromissos - internacionais, da União Europeia e nacionais - com a igualdade de género, por um lado, e as verbas públicas alocadas à realização desses compromissos e à concretização das metas e referências de igualdade de género, por outro. Ao mostrar quantas verbas são alocadas e de que forma são despendidas, os orçamentos sensíveis às questões de género promovem a prestação de contas e a transparência. Desta forma, são um instrumento estratégico para pedir contas aos governos em matéria de tradução dos compromissos de igualdade de género em compromissos orçamentais, facilitando ainda o acompanhamento desses compromissos.

Avaliar o cumprimento dos objetivos de política. Os orçamentos sensíveis às questões de género fornecem um conjunto de ferramentas para avaliar até que ponto os objetivos de igualdade de género foram alcançados, e em que medida objetivos gerais de política, como os objetivos de desenvolvimento, foram ou não alcançados de forma sensível às questões de género.

Melhorar as abordagens participativas sensíveis às questões de género

Os orçamentos sensíveis às questões de género podem promover uma prática de consulta e participação pública na preparação e adoção dos orçamentos, bem como na avaliação dos seus resultados e impactos. Em particular, os orçamentos sensíveis às questões de género podem garantir que as mulheres e as suas perspetivas sejam incluídas nestes processos participativos, fortalecendo, assim, a qualidade destes processos.

Promover os orçamentos sensíveis às questões de género pode abrir a um conjunto mais alargado de partes interessadas novas oportunidades de participação no processo de plano e orçamento, a todos os níveis de governo, incluindo ao nível da União Europeia.

Ativistas femininas e defensoras/es da igualdade de género, em particular, podem usar os orçamentos sensíveis às questões de género para se fazerem ouvir de forma mais eficaz nos processos de plano e orçamento.

Promover a boa governança democrática

A melhoria da prestação de serviços e bens às mulheres, homens, raparigas e rapazes, de forma justa e responsável, tem de ser considerada uma parte integrante da definição de boa governança. A boa governança democrática requer uma abordagem participativa no o processo de formulação de políticas, para que as diferentes perspetivas de diferentes grupos, particularmente as mulheres, estejam representadas.

Os orçamentos sensíveis às questões de género oferecem uma estratégia e uma abordagem para ampliar o processo tradicional de orçamento, de modo a envolver grupos anteriormente excluídos, nomeadamente mulheres e defensoras/es da igualdade de género, nos processos de plano e orçamento. Nesse sentido, os orçamentos sensíveis às questões de género não só fortalecem a boa governança económica e financeira, mas também a boa governança democrática em geral.

Os orçamentos sensíveis às questões de género abrem novas vias de defesa da igualdade de género e das questões das mulheres, conferindo-lhes uma prioridade mais alta na elaboração de políticas. O objetivo final é

transformar os processos de plano e orçamento de modo a garantir que quem intervém nestes processos promova a igualdade de género nas suas atividades regulares e lhe atribua uma prioridade acrescida.



Carta-Modelo de Sensibilização

Assunto: Adoção urgente de orçamento sensível às questões de género no âmbito de [orçamento / fundo / instrumento financeiro em causa]

Cara/o: [Nome da/o interlocutor/a-chave / Ministra/o das Finanças]

Estamos a contactá-la/o em nome da [nome da organização] para solicitar a adoção formal de disposições orçamentais com perspetiva de género no âmbito do [inserir processo orçamental - por exemplo, no próximo orçamento anual da entidade em causa].

Os orçamentos sensíveis às questões de género são uma forma de assegurar que os orçamentos e as finanças públicas promovem a igualdade de género e têm em conta os impactos nas diferentes necessidades de mulheres e homens, raparigas e rapazes.

Os orçamentos sensíveis às questões de género são usados há cerca de quarenta anos um pouco por todo o mundo. Temos o maior gosto em trabalhar convosco e com outras partes interessadas para promover a utilização desta ferramenta essencial para o avanço da igualdade de género em [colocar aqui país/região/etc].

Ao usar este instrumento no [inserir processo orçamental - por exemplo, no próximo orçamento anual da entidade em causa], estará a promover uma distribuição dos recursos disponíveis adequada às diferentes necessidades e direitos de mulheres e de homens; e, em simultâneo, estará a cumprir os compromissos previstos [inserir artigos constitucionais, se pertinente] e no Artigo 23º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que garante a igualdade entre mulheres e homens em todas as áreas. Esta abordagem gradual de promoção da igualdade de género por via do processo transparente e da metodologia comprovada dos orçamentos sensíveis às questões de género irá auxiliar-vos na definição de objetivos de capacitação económica das mulheres, que sofrem ainda, frequentemente, de discriminação ou de violação dos seus direitos.

Como primeiro passo, apelamos a que crie um grupo de trabalho transversal ao mais alto nível [do ministério das finanças / instituição / organização] e envolvendo todas [as Direções-Gerais na Comissão Europeia / todos os ministérios / todos os departamentos abrangidos pelo programa] com competência para a tomada de decisão em matéria de implementação de orçamentos sensíveis às questões de género no vosso ciclo orçamental. Sugerimos fortemente que esse grupo de trabalho seja composto por mulheres e homens em paridade. E muito apreciaríamos a oportunidade de colaborar estreitamente convosco neste passo inicial.

A vontade política e a liderança a todos os níveis adequados será essencial para garantir que o [indicar processo orçamental - por exemplo, no próximo orçamento anual da entidade em causa] irá ao encontro das necessidades de todas e de todos, de forma equitativa. A sua liderança e o seu compromisso político para com a igualdade entre mulheres e homens é mais importante que nunca e merece a nossa confiança.

Estamos disponíveis para nos encontrarmos pessoalmente para discutir este tema em maior profundidade.

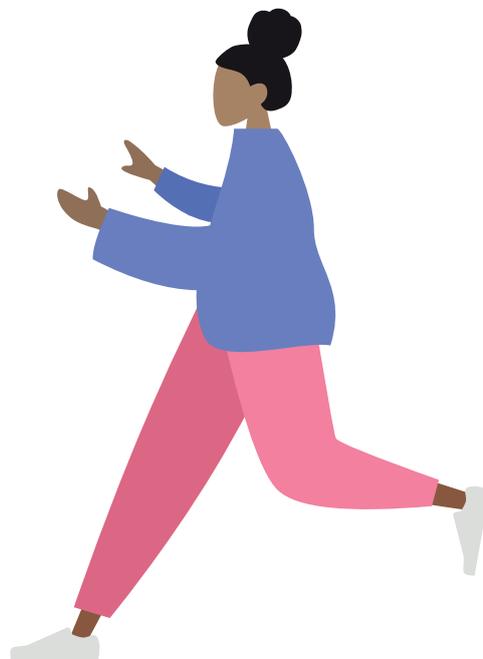
Com os melhores cumprimentos,
[Nome, cargo, organização, data]

Reivindicações da sociedade civil

Reivindicações gerais

Apelamos a que:

- Promova avanços na concretização da igualdade entre mulheres e homens e na eliminação de todas as formas de discriminação baseadas no sexo contra mulheres e raparigas em todos os grupos alvo de intervenção, e especialmente nos grupos mais vulneráveis.
- Concretize os compromissos delineados em (tratados da ONU, Tratado de Lisboa, Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, art 23.1., e/ou constituições nacionais/regionais) através da implementação sem demora dos orçamentos sensíveis às questões de género.
- Garanta a transversalização da perspectiva de género em todos os capítulos do orçamento, para que esta perspectiva seja traduzida em programas concretos, baseados em atividades e orientados para resultados, em consonância com o propósito e o âmbito de atuação de cada área de política.
- Elabore uma estratégia de execução orçamental com perspectiva de género, com um plano de ação que inclua um cronograma a 5 anos, e adote tal estratégia sem demora.



Reivindicações específicas de atuação em matéria de orçamentos sensíveis às questões de género

Apelamos a que:

- Garanta que a análise de orçamentos com perspectiva de género seja um mecanismo regular nas várias etapas do seu ciclo orçamental.
- Aplique a avaliação *ex-ante* do impacto de género, a análise da identificação das necessidades de mulheres e raparigas [ou de homens/rapazes, clientes/parceiros/cidadãos].
- Garanta a realização, antes do fim do seu ciclo orçamental, de uma avaliação de impacto de género *ex-post*, a fim de verificar se as políticas, medidas e orçamento vigentes cumpriram o objetivo de promover o avanço da igualdade entre mulheres e homens.
- Recolha as sugestões do Parlamento [ou outros órgãos] e promova consultas públicas com especialistas e representantes de grupos de mulheres e outros grupos alvo de intervenção, para que as suas recomendações de melhoria sejam acolhidas nas próximas fases do ciclo orçamental.



Créditos

Presidente

Gwendoline Lefebvre

Secretária-Geral

Joana Maycock

Coordenação do Projeto

Mae Ocampo

Gestão de Projeto & Desenvolvimento do Kit de ferramentas

Asha Allen

Comunicação e relacionamento com os media

Adriana Paradiso

Direção de política e sensibilização

Maria Collins

Web design e conceção gráfica

Alejandra Soto e Esther Rizo

Contribuições

Mira Baselovic, Jessica Nguyen, Cecília Francisco Carcelen

Tradução em português: António Rebelo

Revisão técnica da tradução em português:

Ana Sofia Fernandes

ISBN: 978-989-96851-5-4

Edição: 1000 exemplares

© Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021

O Lobby Europeu das Mulheres (LEM) gostaria de endereçar um agradecimento especial às muitas especialistas de toda a Europa que tornaram possível este kit:

- Membros do Grupo de Trabalho de Peritas em orçamentos sensíveis às questões de género do LEM: Clara Berglund, Marion Böker, Ana Sofia Fernandes, Dr Elisabeth Klatzer, Dina Loghin, Emma Ritch e Janet Veitch.
- Membros do Grupo de Trabalho do LEM de Economia Feminista e das coordenações nacionais do LEM.
- A todas as pessoas que contribuíram para o projeto *Encaminhar recursos para os Direitos das Mulheres* e às organizações da sociedade que o apoiaram com as suas sugestões e conhecimentos.
- Aos membros do Secretariado do LEM pelo seu apoio em todas as fases do projeto.



**FONDATION
CHANEL**

This toolkit was developed with Support by Fondation Chanel